



Maio/2011

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade Contabilidade

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'AJ', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto abaixo.

Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda

Para Sérgio Buarque de Holanda a principal tarefa do historiador consistia em estudar possibilidades de mudança social. Entretanto, conceitos herdados e intelectualismos abstratos impediam a sensibilidade para com o processo do devir. Raramente o que se afigurava como predominante na historiografia brasileira apontava um caminho profícuo para o historiador preocupado em estudar mudanças. Os caminhos institucionalizados escondiam os figurantes mudos e sua fala. Tanto as fontes quanto a própria historiografia falavam a linguagem do poder, e sempre imbuídas da ideologia dos interesses estabelecidos. Desvendar ideologias implica para o historiador um cuidadoso percurso interpretativo voltado para indícios tênues e nuances sutis. Pormenores significativos apontavam caminhos imperceptíveis, o fragmentário, o não-determinante, o secundário. Destes proviriam as pistas que indicariam o caminho da interpretação da mudança, do processo do vir a ser dos figurantes mudos em processo de forjar estratégias de sobrevivência.

Era engajado o seu modo de escrever história. Como historiador quis elaborar formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira. Enfatizava o provisório, a diversidade, a fim de documentar novos sujeitos eventualmente participantes da história.

Para chegar a escrever uma história verdadeiramente engajada deveria o historiador partir do estudo da urdidura dos pormenores para chegar a uma visão de conjunto de sociabilidades, experiências de vida, que por sua vez traduzissem necessidades sociais. Aderir à pluralidade se lhe afigurava como uma condição essencial para este sondar das possibilidades de emergência de novos fatores de mudança social. Tratava-se, na historiografia, de aceitar o provisório como necessário. Caberia ao historiador o desafio de discernir e de apreender, juntamente com valores ideológicos preexistentes, as possibilidades de coexistência de valores e necessidades sociais diversas que conviviam entre si no processo de formação da sociedade brasileira sem uma necessária coerência.

(Fragmento adaptado de Maria Odila Leite da Silva Dias, **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo, Perseu Abramo, 1998, pp.15-17)

1. Na visão de Sérgio Buarque de Holanda, o historiador deve valorizar
 - (A) os personagens que tiveram papel preponderante na história nacional, deixando de lado os figurantes a quem é dado muito espaço na historiografia brasileira tradicional.
 - (B) o fragmento e o detalhe, contrapondo-se assim à historiografia brasileira tradicional, que privilegia a totalidade e a síntese.
 - (C) o inacabado e o imperfeito, convergindo para a historiografia brasileira tradicional, que sempre recusou a estabilidade e a permanência.
 - (D) os resultados em lugar do processo, objetivando tornar mais significativas as descobertas da história tradicional feita no Brasil.
 - (E) as ideologias e o papel fundamental que desempenham em todo o processo histórico, muito mais importante que aquele exercido pelos indivíduos.
2. Ao contrapor *conceitos herdados e intelectualismos abstratos*, de um lado, e *a sensibilidade para com o processo do devir*, de outro, a autora afirma a opção de Sérgio Buarque de Holanda
 - (A) pelo pensamento metódico e consagrado em detrimento da observação sempre enganosa dos fatos.
 - (B) pela arte, capaz de despertar os sentidos mais embotados, em detrimento da filosofia, em que a razão invariavelmente predomina.
 - (C) pelo trabalho braçal, palpável e concreto, em detrimento do trabalho intelectual, desvinculado da vida e da realidade.
 - (D) pelo passado, que se pode conhecer em detalhes e de modo seguro, em detrimento do futuro, que não pode ser previsto senão especulativamente.
 - (E) pela apreensão da realidade fugidia e instável em detrimento da teoria inflexível e da especulação vazia.
3. Destes proviriam as pistas que indicariam o caminho ...

O verbo empregado no texto que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está também grifado em:

 - (A) ... a principal tarefa do historiador consistia em estudar possibilidades de mudança social.
 - (B) Os caminhos institucionalizados escondiam os figurantes mudos e sua fala.
 - (C) Enfatizava o provisório, a diversidade, a fim de documentar novos sujeitos ...
 - (D) ... sociabilidades, experiências de vida, que por sua vez traduzissem necessidades sociais.
 - (E) Era engajado o seu modo de escrever história.
4. Tanto as fontes quanto a própria historiografia falavam a linguagem do poder ...

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

 - (A) eram faladas.
 - (B) foi falada.
 - (C) se falaram.
 - (D) era falada.
 - (E) tinha-se falado.



5. O segmento retirado do texto cuja redação mantém-se correta com o acréscimo de uma vírgula é:
- (A) Raramente o que se afigurava como predominante na historiografia brasileira, apontava um caminho profícuo ...
- (B) Caberia ao historiador, o desafio de discernir e de apreender ...
- (C) Para chegar a escrever uma história verdadeiramente engajada, deveria o historiador ...
- (D) Aderir à pluralidade se lhe afigurava, como uma condição essencial para este sondar ...
- (E) Desvendar ideologias, implica para o historiador um cuidadoso percurso interpretativo ...

6. *Como historiador quis elaborar formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.*

A frase acima está corretamente reescrita, preservando-se em linhas gerais o sentido original, em:

- (A) Às formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira voltou-se o historiador Sérgio Buarque, com o intento de elaborá-las.
- (B) Sérgio Buarque, como historiador, dedicou-se à elaborar formas de apreensão do mutável, do transitório e dos processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.
- (C) As formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira o historiador Sérgio Buarque pretendeu dar elaboração.
- (D) Em seu trabalho como historiador, Sérgio Buarque tinha como meta chegar à certas formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.
- (E) O historiador Sérgio Buarque dedicou-se a elaboração de formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.

Atenção: As questões de números 7 a 10 referem-se ao texto abaixo.

A navegação fazia-se, comumente, das oito horas da manhã às cinco da tarde, quando as canoas embicavam pelos barrancos e eram presas a troncos de árvores, com o auxílio de cordas ou cipós. Os densos nevoeiros, que se acumulam sobre os rios durante a tarde e pela manhã, às vezes até o meio-dia, impediam que se prolongasse o horário das viagens.

Antes do pôr-do-sol, costumavam os homens arranchar-se e cuidar da ceia, que constava principalmente de feijão com toucinho, além da indefectível farinha, e algum pescado ou caça apanhados pelo caminho. Quando a bordo, e por não poderem acender fogo, os viajantes tinham de contentar-se, geralmente, com feijão frio, feito de véspera.

De qualquer modo, era esse alimento tido em grande conta nas expedições, passando por extremamente substancial e saudável. Um dos motivos para tal preferência vinha, sem dúvida, da grande abundância de feijão nos povoados, durante as ocasiões em que costumavam sair as frotas destinadas ao Cuiabá e a Mato Grosso.

(Adaptado de Sérgio Buarque de Holanda. **Monções**. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 2000, pp.105-6)

7. O segmento cujo sentido está corretamente expresso em outras palavras é:

- (A) *além da indefectível farinha* = sem contar a eventual moagem.
- (B) *feito de véspera* = ritualmente preparado.
- (C) *tido em grande conta nas expedições* = muito caro para as viagens.
- (D) *arranchar-se e cuidar da ceia* = abancar-se e servir o jantar.
- (E) *impediam que se prolongasse* = obstavam que se estendesse.

8. *Quando a bordo, e por não poderem acender fogo, os viajantes tinham de contentar-se, geralmente, com feijão frio, feito de véspera.*

Identificam-se nos segmentos grifados na frase acima, respectivamente, noções de

- (A) modo e consequência.
- (B) causa e concessão.
- (C) temporalidade e causa.
- (D) modo e temporalidade.
- (E) consequência e oposição.

9. Leia atentamente as afirmações a seguir.

- I. O segmento grifado em *as canoas [...] eram presas a troncos de árvores, com o auxílio de cordas ou cipós* (primeiro parágrafo) pode ser substituído por **auxiliadas consoante**, sem prejuízo para a correção e a clareza.
- II. Em *Os densos nevoeiros, que se acumulam sobre os rios* (primeiro parágrafo), o segmento grifado pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e o sentido, por **acumulados**.
- III. A expressão *De qualquer modo*, no último parágrafo, é equivalente a **Em todo caso**.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

10. O verbo corretamente empregado e flexionado está grifado em:

- (A) É de se imaginar que, se os viajantes setecentistas antevessem as dificuldades que iriam deparar, muitos deles desistiriam da aventura antes mesmo de embarcar.
- (B) O que quer que os compelisse, cabe admirar a coragem desses homens que partiam para o desconhecido sem saber o que os aguardava a cada volta do rio.
- (C) Caso não se surtisse com os mantimentos necessários para o longo percurso, o viajante corria o risco de literalmente morrer de fome antes de chegar ao destino.
- (D) Se não maldiziam os santos, é bastante provável que muitos dos viajantes maldizessem ao menos o destino diante das terríveis tribulações que deviam enfrentar.
- (E) Na história da humanidade, desbravadores foram não raro aqueles que sobreporam o desejo de enriquecer à relativa segurança de uma vida sedentária.



Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

Do homicídio*

Cabe a vós, senhores, examinar em que caso é justo privar da vida o vosso semelhante, vida que lhe foi dada por Deus.

*Há quem diga que a guerra sempre tornou esses homicídios não só legítimos como também gloriosos. Todavia, como explicar que a guerra sempre tenha sido vista com horror pelos brâmanes, tanto quanto o porco era execrado pelos árabes e pelos egípcios? Os primitivos aos quais foi dado o nome ridículo de **quakers**** fugiram da guerra e a detestaram por mais de um século, até o dia em que foram forçados por seus irmãos cristãos de Londres a renunciar a essa prerrogativa, que os distinguia de quase todo o restante do mundo. Portanto, apesar de tudo, é possível abster-se de matar homens.*

Mas há cidadãos que vos bradam: um malvado furou-me um olho; um bárbaro matou meu irmão; queremos vingança; quero um olho do agressor que me cegou; quero todo o sangue do assassino que apunhalou meu irmão; queremos que seja cumprida a antiga e universal lei de talião.

Não podereis acaso responder-lhes: “Quando aquele que vos cegou tiver um olho a menos, vós tereis um olho a mais? Quando eu mandar supliciar aquele que matou vosso irmão, esse irmão será ressuscitado? Esperai alguns dias; então vossa justa dor terá perdido intensidade; não vos aborrecerá ver com o olho que vos resta a vultosa soma de dinheiro que obrigarei o mutilador a vos dar; com ela vivereis vida agradável, e além disso ele será vosso escravo durante alguns anos, desde que lhe seja permitido conservar seus dois olhos para melhor vos servir durante esse tempo. Quanto ao assassino do seu irmão, será vosso escravo enquanto viver. Eu o tornarei útil para sempre a vós, ao público e a si mesmo”.

É assim que se faz na Rússia há quarenta anos. Os criminosos que ultrajaram a pátria são forçados a servir à pátria para sempre; seu suplício é uma lição contínua, e foi a partir de então que aquela vasta região do mundo deixou de ser bárbara.

(Voltaire – **O preço da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 15/16. Trad. de Ivone Castilho Benedetti)

* Excerto de texto escrito em 1777, pelo filósofo iluminista francês Voltaire (1694-1778).

** *Quaker* = associação religiosa inglesa do séc. XVI, defensora do pacifismo.

11. No segundo parágrafo, em sua argumentação contra a pena de morte, Voltaire refuta a tese segundo a qual

- (A) a pena de morte sempre existiu entre os povos, sancionada pelos legisladores mais prestigiados.
- (B) as guerras demonstram que a execução do inimigo é uma prática não apenas legítima como também universal.
- (C) os *quakers* constituem um exemplo de que, surgindo a oportunidade, os medrosos tornam-se valentes.
- (D) os homicídios só podem ser evitados quando os responsáveis por eles renunciam a suas prerrogativas.
- (E) a execução de criminosos, justificável durante uma guerra, torna-se inaceitável em tempos de paz.

12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O caso dos *quakers* é lembrado para exemplificar a mesma convicção sustentada por outra coletividade, a dos brâmanes.
- II. A pena de talião é refutada por Voltaire porque ele, a par de considerá-la eficaz, julga-a ilegítima e excessivamente cruel.
- III. O caso da Rússia serve a Voltaire para demonstrar que uma pena exemplar, cumprida em vida, é também índice de civilização.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

13. Em relação ao quarto parágrafo, é correto afirmar que Voltaire se vale do seguinte procedimento:

- (A) formula perguntas retóricas, supondo sempre que se deva responder a elas de modo afirmativo.
- (B) imagina os argumentos a que seus leitores poderiam recorrer contra os defensores da pena de talião.
- (C) enumera as razões pelas quais são imorais as vantagens advenientes da aplicação da pena de talião.
- (D) simula mostrar complacência diante do criminoso, para com isso fustigar os defensores da pena de morte.
- (E) tipifica os delitos para os quais se providenciarão a tortura pública e uma reparação pecuniária.

14. Considerando-se o contexto, mostra-se adequada compreensão do sentido de um segmento em:

- (A) *foram forçados a renunciar a essa prerrogativa* (2º parágrafo) = os *quakers* foram obrigados a desistir de qualquer intento bélico.
- (B) *é possível abster-se de matar homens* (2º parágrafo) = não é verdade que o instinto assassino deixe de prevalecer, em alguns casos.
- (C) *que seja cumprida a antiga e universal lei de talião* (3º parágrafo) = cumpra-se: olho por olho, dente por dente.
- (D) *Não podereis acaso responder-lhes* (4º parágrafo) = sereis impedidos de lhes responder ao acaso.
- (E) *seu suplício é uma lição contínua* (5º parágrafo) = é um martírio que se infligem perpetuamente.

15. É correto concluir da argumentação de Voltaire, tomando-se o conjunto do texto:

- (A) Além de ineficaz, a pena de morte impede uma reparação a quem de direito e impossibilita a aplicação de uma pena socialmente exemplar.
- (B) A pena de morte e a pena de talião são bárbaras, ao contrariarem os desígnios divinos e os impulsos da natureza humana.
- (C) É desprezível a ideia da compensação pecuniária por direitos ofendidos, sendo justo promover a indenização apenas pelo caráter pedagógico da medida.
- (D) Não há lição possível a se tirar da pena de talião, por isso os legisladores devem preocupar-se com a reparação financeira que redima o criminoso.
- (E) Os bárbaros adotam a pena de talião, que favorece os criminosos, ao invés de adotarem penas exemplares, que punem a sociedade.



16. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:
- (A) Havendo quem vos pretendam convencer de que a pena de morte é necessária, perguntem onde e quando ela já se provou indiscutivelmente eficaz.
- (B) Entre os cidadãos de todos os países nunca deixaram de haver, por força do nosso instinto de violência, os que propugnam pela pena de morte.
- (C) Destaca-se, entre as qualidades de Voltaire, suas tiradas irônicas e seu humor ferino, armas de que se valia em suas pregações de homem liberal.
- (D) Embora remontem aos hábitos das sociedades mais violentas do passado, a pena de talião ainda goza de prestígio entre cidadãos que se dizem civilizados.
- (E) Opõe-se às ideias libertárias de Voltaire, um lúcido pensador iluminista, a violência das penas irracionais que se aplicam em nome da justiça.
-
17. Está adequado o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) Os argumentos de que devemos nos agarrar devem se pautar nos limites da racionalidade e da justiça.
- (B) Os casos históricos em que Voltaire recorre em seu texto ajudam-no a demonstrar de que a pena de morte é ineficaz.
- (C) A pena de talião é um recurso de cuja eficácia muitos defendem, ninguém se abale em tentar demonstrá-la.
- (D) Os castigos a que se submetem os criminosos devem corresponder à gravidade de que se reveste o crime.
- (E) As ideias liberais, de cuja propagação Voltaire se lançou, estimulam legisladores em quem não falte o senso de justiça.
-
18. Deve-se **CORRIGIR**, por deficiência estrutural, a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) O tratamento de **vós**, que hoje nos soa tão cerimonioso, ecoa uma época em que se aliavam boa argumentação e boa retórica.
- (B) Voltaire não hesita em lembrar as vantagens reais da aplicação de penas que poupam a vida do criminoso para que pague pelo que fez.
- (C) Como sempre há quem defenda os castigos capitais, razão pela qual Voltaire buscou refutá-los, através de alternativas mais confiáveis.
- (D) Note-se a preocupação que tem esse iluminista francês em escalonar as penas de modo a que nelas se preserve adequada relação com o crime cometido.
- (E) Na refutação aos que defendem a pena de talião, Voltaire argumenta que o mal já causado não se sana com um ato idêntico ao do criminoso.
-
19. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Os criminosos que tenham ultrajado a pátria seriam forçados a servi-la pelo tempo que se julgava necessário.
- (B) Os que vierem a ultrajar a pátria deveriam ser submetidos a um castigo que trouxera consigo uma clara lição.
- (C) Ninguém seria indiferente a uma vultosa soma que venha a receber como indenização ao delito que o prejudique.
- (D) O próprio criminoso, se mantivesse alguma dose de decência, possa tirar proveito da lição a que seja submetido.
- (E) Sempre houve povos que, por forte convicção, evitaram a guerra, ainda quando fossem provocados.
-
20. Muitos se dizem a favor da pena de morte, mas mesmo os que mais ardorosamente defendem a pena de morte não são capazes de atribuir à pena de morte o efeito de reparação do ato do criminoso que supostamente mereceria a pena de morte.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:
- (A) a defendem - lhe atribuir - a mereceria.
- (B) a defendem - atribui-la - lhe mereceria.
- (C) defendem-na - atribui-la - merecer-lhe-ia.
- (D) lhe defendem - lhe atribuir - mereceriam-na.
- (E) defendem-lhe - atribuir-lhe - a mereceria.
-
- Noções de Gestão Pública**
21. O modelo de administração gerencial no Brasil
- (A) foi introduzido pelo Decreto-Lei nº 200/1967, visando profissionalizar a administração federal, reduzindo o nível de autonomia das empresas e autarquias e implantando o Orçamento de Base Zero.
- (B) foi implementado com a criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), em 1936, tendo por meta flexibilizar as funções gerenciais nas autarquias federais.
- (C) teve seu auge na segunda metade dos anos 1990, visando ao processo de fortalecimento da responsabilização e autonomia dos níveis gerenciais e tentando implantar a gestão por resultados na administração federal.
- (D) foi um movimento político iniciado no fim dos anos 1980 orientado para a privatização das políticas sociais e fortalecimento dos controles externos formais da administração federal.
- (E) foi introduzido no Brasil através do Programa Nacional de Desburocratização, tendo como meta extinguir a burocracia formal e implantar a burocracia gerencial, voltada exclusivamente para os processos.
-
22. O principal instrumento para a implantação do Planejamento Estratégico no âmbito do Poder Judiciário, ao qual se refere a Resolução 70 do Conselho Nacional da Justiça, é a
- (A) definição da visão do Poder Judiciário segundo o Plano Estratégico Estadual.
- (B) agilização dos trâmites judiciais e administrativos.
- (C) definição de pelo menos um indicador de resultado para cada objetivo estratégico.
- (D) definição de metas de longo prazo associadas à missão do Poder Judiciário, segundo o Plano Estratégico Nacional.
- (E) motivação dos magistrados a implantar os objetivos centrais do Poder Judiciário, segundo a definição do Poder Executivo.



23. O Decreto-Lei nº 200/1967 estabelece como principal medida
- (A) o aumento da formalização na tramitação dos processos governamentais, visando a maior impessoalidade na administração pública federal.
 - (B) a indicação de profissionais do mercado para melhorar o padrão gerencial da administração pública estadual.
 - (C) a redução dos níveis hierárquicos, visando transferir o poder para os escalões inferiores da administração pública federal.
 - (D) a descentralização das atividades-meio, objetivando reduzir o viés autoritário da administração pública federal.
 - (E) a desconcentração administrativa, distinguindo as atividades de direção das de execução.
24. A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem como objetivo precípuo
- (A) definir metas gerais que devem ser incorporadas aos orçamentos dos anos seguintes.
 - (B) definir metas e prioridades da administração pública federal que devem ser incorporadas pela LOA.
 - (C) revisar a cada cinco anos as diretrizes gerais do governo que devem ser incorporadas aos Planos Plurianuais.
 - (D) limitar os gastos com pessoal e custeio da máquina de acordo com tetos estabelecidos a cada cinco anos.
 - (E) reduzir a descontinuidade do planejamento público, impondo a cooperação entre governos.
25. A definição da visão da organização no planejamento estratégico
- (A) só vale para o curto prazo da organização.
 - (B) configura uma etapa desvinculada da definição da missão da organização.
 - (C) implica necessariamente uma crítica da situação atual da organização.
 - (D) representa aquilo que a organização quer ser num futuro previsível.
 - (E) é um instrumento da reengenharia organizacional.
26. Quando uma autoridade tem competência para editar um determinado ato e pratica-o, mas, nessa operação, afasta-se do fim colimado para perseguir finalidade diversa da visada, configura um caso de
- (A) desvio de poder.
 - (B) incúria administrativa grave.
 - (C) nepotismo.
 - (D) clientelismo.
 - (E) omissão.
27. Na aplicação do método do *Balanced Scorecard* ao planejamento estratégico do Poder Judiciário é essencial
- (A) definir limites de gastos com as reformas previstas nos planejamentos estratégicos setoriais.
 - (B) identificar os processos internos críticos para a realização das necessidades dos cidadãos que acessam a Justiça.
 - (C) definir a missão da Justiça com base na perspectiva do conjunto dos funcionários.
 - (D) subordinar o acesso aos serviços judiciários ao cálculo de custo unitário dos procedimentos.
 - (E) estabelecer procedimentos que não precisam seguir a legislação.
28. Com relação à classificação dos indicadores de gestão, considere as afirmativas abaixo.
- I. Indicadores de produtividade permitem medir a eficiência na aplicação dos recursos para a geração de bens e serviços.
 - II. Indicadores de qualidade visam aperfeiçoar processos e expressam a eficácia na obtenção da conformidade do produto e do processo.
 - III. Indicadores de desempenho são fundamentais para as organizações contemporâneas.
 - IV. Indicadores de resultados são utilizados na monitoração do grau de sucesso dos objetivos perseguidos, que dependem exclusivamente das competências da empresa, visto não serem influenciados por fatores externos.
 - V. Indicadores que não espelhem esforços e metas dos programas internos de melhorias dizem muito pouco à organização.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II, III e V.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I e V.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) I, III, IV e V.
29. Em organizações complexas, na implantação de mudanças nos objetivos estratégicos em cenários de incerteza, a função de direção deve enfatizar
- (A) a emissão de ordens claras e válidas para o longo prazo.
 - (B) a competição entre os setores operacionais.
 - (C) a motivação dos quadros funcionais para a realização das atividades rotineiras.
 - (D) o exercício da liderança e a coordenação dos setores da organização para a mudança.
 - (E) a prevalência dos procedimentos sobre a liderança.
30. De acordo com a Resolução 49 do Conselho Nacional de Justiça, as informações estatísticas produzidas pelos Tribunais devem ser reunidas e supervisionadas
- (A) pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias.
 - (C) pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário.
 - (D) pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (E) pela Comissão de Estatística e Gestão Estratégica.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A Cia. Comercial Girassol iniciou suas atividades com capital totalmente integralizado pelos sócios no valor de R\$ 850.000,00 em numerário. Adquiriu móveis e utensílios para seu escritório, a prazo, no valor de R\$ 170.000,00. Comprou mercadorias à vista por R\$ 480.000,00, tendo vendido metade desse lote por R\$ 310.000,00, a prazo. Supondo-se inexistentes os impostos sobre vendas e o pagamento de despesas administrativas no montante de R\$ 90.000,00, no final dessas atividades, o valor de seu patrimônio líquido

- (A) era superior ao valor inicial em R\$ 20.000,00.
- (B) correspondia a 83% do valor total de seu ativo na mesma data.
- (C) montava a R\$ 960.000,00.
- (D) era inferior ao valor inicial em R\$ 50.000,00.
- (E) era igual ao valor de seus estoques na mesma data multiplicado por quatro (4).

32. O patrimônio líquido de uma entidade com fins lucrativos é modificado quantitativamente quando

- (A) os sócios subscrevem o capital.
- (B) há transferência do resultado do exercício para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- (C) ela adquire móveis e utensílios, metade à vista e metade a prazo.
- (D) ocorre uma venda de mercadorias com prejuízo.
- (E) uma dívida de longo prazo é quitada com pagamento à vista.

33. A Cia. Comercial Estrela da Manhã mantém controle permanente de estoques. A companhia, em ordem cronológica, fez as seguintes aquisições e vendas de uma determinada mercadoria no primeiro mês de exercício de suas atividades (no custo unitário dos estoques, já estão deduzidos os impostos recuperáveis e os abatimentos e descontos incondicionais obtidos):

- compra de 100 unidades a R\$ 20,00 cada uma;
- compra de 150 unidades a R\$ 22,00 cada uma;
- venda de 200 unidades a R\$ 50,00 cada uma;
- compra de 150 unidades a R\$ 24,00 cada uma;
- venda de 60 unidades a R\$ 52,00 cada uma.

A companhia utiliza o método PEPS para a avaliação de seus estoques. No final do mês, o valor do estoque final dessa mercadoria equivale a, em R\$,

- (A) 2.880,00
- (B) 2.800,00
- (C) 3.360,00
- (D) 3.080,00
- (E) 3.520,00

34. Podem ser classificados no Ativo Intangível da companhia os gastos referentes às

- (A) despesas pré-operacionais.
- (B) despesas de pesquisa com produtos.
- (C) despesas de reorganização da sociedade.
- (D) benfeitorias efetuadas em imóveis de terceiros, sem cláusula de devolução.
- (E) marcas adquiridas de outra companhia.

35. É uma conta de resultado:

- (A) Receita da alienação de bens do Ativo Não Circulante.
- (B) Receitas Diferidas.
- (C) Despesas Antecipadas.
- (D) Despesas do Exercício Seguinte.
- (E) Tributos a Pagar.

36. A Cia. Amazonas adquiriu um equipamento para suas instalações industriais, que foi colocado em funcionamento no mês seguinte ao de sua aquisição. Exatamente 48 meses após o mês da compra, o valor contábil do equipamento era de R\$ 46.200,00. A companhia depreciou o equipamento pelo método de linha reta durante esse período, supondo sua vida útil em 10 anos e estimando um valor residual de R\$ 15.000,00. O custo de aquisição do equipamento foi, em R\$,

- (A) 128.000,00
- (B) 143.000,00
- (C) 92.000,00
- (D) 77.000,00
- (E) 108.000,00

37. Foram extraídas as seguintes informações do Balanço Patrimonial de 31-12-2010 da Cia. Hortênsias (em R\$):

Patrimônio Líquido	488.000,00
Ativo Circulante	520.000,00
Ativo Não Circulante.....	680.000,00
Passivo Não Circulante	270.000,00

Calculado o valor do Passivo Circulante e efetuada a análise vertical e por indicadores do Balanço Patrimonial da companhia, esse grupo representou

- (A) quase 37% do valor do Ativo Total da companhia.
- (B) 85% do valor do Ativo Não Circulante da companhia.
- (C) 65% do valor do Ativo Circulante da companhia.
- (D) aproximadamente 75% do Passivo Não Circulante da companhia.
- (E) cerca de 110% do Patrimônio Líquido da companhia.



38. Dados do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado da Cia. Crisântemo, relativos ao exercício findo em 31-12-2010 (Valores em reais):

Saldo da conta de Fornecedores em 31-12-2009.....	360.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas.....	930.000,00
Estoque de Mercadorias em 31-12-2010.....	270.000,00
Saldo da conta de Fornecedores em 31-12-2010.....	400.000,00
Estoque de Mercadorias em 31-12-2009.....	250.000,00

A companhia tem por política financeira efetuar somente compras a prazo. O prazo médio de pagamento a fornecedores da companhia em 2010 (considerando-se o ano comercial de 360 dias), em número de dias, foi

- (A) 160
- (B) 144
- (C) 152
- (D) 140
- (E) 136

39. O processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) foi iniciado com a edição da Lei nº 11.638/2007 e complementado com a edição da Lei nº 11.941/2009 e de diversos pronunciamentos técnicos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Uma das modificações introduzidas nesse processo de convergência que influiu na estrutura do balanço patrimonial foi a

- (A) extinção do Ativo Diferido, sendo seu saldo obrigatoriamente estornado contra a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- (B) criação do Ativo Não Permanente.
- (C) extinção do Ativo Realizável a Longo Prazo.
- (D) obrigação de estornar as reservas de reavaliação constituídas até 31-12-2007, alterando a constituição do PL.
- (E) extinção do grupo de Resultados de Exercícios Futuros, sendo seu saldo reclassificado para o Passivo Não Circulante.

40. De acordo com as novas Normas Brasileiras de Contabilidade, convergidas para o IFRS, devem ser classificados na Demonstração de Resultado como outros resultados abrangentes

- (A) as receitas e as despesas financeiras.
- (B) os resultados (positivos ou negativos) da avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial.
- (C) as receitas e as despesas não operacionais.
- (D) os ajustes de avaliação patrimonial.
- (E) as reversões de provisões.

41. Os acompanhamentos, pelo auditor, de valores significativos, valendo-se da análise de informações contábeis por meio da utilização de índices, quocientes, quantidades, variações absolutas etc. com o objetivo de identificar situações ou tendências atípicas são denominados

- (A) testes de detecção.
- (B) testes de aderência.
- (C) procedimentos de seleção de amostragem estratificada.
- (D) testes de programação.
- (E) procedimentos de revisão analítica.

42. Está de acordo com o código de ética dos contadores o seguinte procedimento de um profissional de auditoria:

- (A) renunciar às funções que exerce, logo que se positivou falta de confiança por parte do cliente ou empregador, a quem deverá notificar com trinta dias de antecedência, tornando públicos os motivos da renúncia.
- (B) guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade.
- (C) anunciar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, conteúdo que resulte na diminuição do colega, da Organização Contábil ou da classe, em detrimento aos demais, sendo sempre admitida a indicação de títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e relação de clientes.
- (D) valer-se de agenciador de serviços, mediante participação desse nos honorários a receber.
- (E) renunciar à liberdade profissional quando houver quaisquer restrições ou imposições que possam prejudicar a eficácia e a correção de seu trabalho.

43. A auditoria

- (A) de acompanhamento de gestão tem como objetivo atuar em tempo real sobre os atos efetivos de uma unidade ou entidade pública, evidenciando melhorias e economias existentes no processo.
- (B) especial compreende o exame dos registros e documentos e a coleta de informações e confirmações com o objetivo de controlar corretamente o patrimônio da unidade ou entidade pública.
- (C) técnica tem por finalidade emitir uma opinião sobre a gestão da unidade ou entidade pública quanto aos aspectos de eficiência, economicidade e eficácia.
- (D) operacional objetiva o exame de fatos ou situações considerados relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, e é realizada com o intuito de atender determinação expressa de autoridade competente.
- (E) contábil tem por finalidade verificar a probidade na aplicação dos recursos públicos e na guarda e administração dos bens da unidade ou entidade pública.



<p>44. Uma auditoria foi realizada exclusivamente por servidores em exercício nos órgãos Centrais ou setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Essa modalidade de auditoria é denominada pela Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno nº 1/2001 de</p> <p>(A) indireta integrada.</p> <p>(B) direta integrada.</p> <p>(C) indireta simplificada.</p> <p>(D) direta centralizada.</p> <p>(E) indireta compartilhada.</p>	<p>48. O projeto da Lei Orçamentária Anual da União</p> <p>(A) deverá utilizar os recursos previstos no orçamento fiscal e de investimentos com o objetivo de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.</p> <p>(B) não poderá prever medidas de compensação à renúncia de receitas e ao aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado, que serão objeto de lei específica.</p> <p>(C) conterá Anexo de Metas Fiscais, no qual serão estabelecidas, entre outras, as metas para o resultado primário e para o resultado nominal.</p> <p>(D) poderá ser apreciado pelas duas Casas do Congresso separadamente, dispensada a obrigatoriedade de sessão conjunta para sua aprovação.</p> <p>(E) poderá conter provisão de recursos para a realização de investimentos de prazo superior a um exercício financeiro, mesmo que este não esteja previsto no plano plurianual ou em lei específica.</p>
<p>45. Uma das variáveis básicas utilizadas em todas as fases do processo de planificação dos trabalhos de controle refere-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão e que é objeto de exames de auditoria e fiscalização. Essa variável é denominada</p> <p>(A) economicidade.</p> <p>(B) criticidade.</p> <p>(C) materialidade.</p> <p>(D) confiabilidade.</p> <p>(E) tempestividade.</p>	<p>49. Considere as seguintes afirmações a respeito do conteúdo da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal – LRF):</p> <p>I. Os efeitos financeiros das despesas obrigatórias de caráter continuado, nos períodos seguintes, devem obrigatoriamente ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.</p> <p>II. A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder o percentual de 40% da receita corrente líquida.</p> <p>III. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.</p> <p>IV. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término do quadrimestre subsequente, sendo que o excedente deverá ser reduzido em pelo menos 50%.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>46. A Constituição Federal de 1988 dispõe, em seu art. 165, § 8º, que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei. Essa proibição decorre do princípio orçamentário da</p> <p>(A) não afetação das receitas.</p> <p>(B) exclusividade</p> <p>(C) unidade.</p> <p>(D) universalidade.</p> <p>(E) especificação.</p>	<p>50. É uma despesa extraorçamentária o gasto da entidade do setor público com</p> <p>(A) a aquisição de bens imóveis.</p> <p>(B) o pagamento de servidores aposentados e de pensionistas.</p> <p>(C) o pagamento de juros das dívidas públicas interna e externa.</p> <p>(D) a subscrição de capital de empresas industriais.</p> <p>(E) a devolução de cauções recebidas.</p>
<p>47. A Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) da União deverá conter</p> <p>(A) o orçamento fiscal referente aos poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.</p> <p>(B) o orçamento de investimento das empresas nas quais a União tenha a maioria do capital social.</p> <p>(C) as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.</p> <p>(D) o orçamento da seguridade social, abrangendo todos os órgãos e entidades a ela vinculados.</p> <p>(E) o Anexo de Metas Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.</p>	



51. Sobre os estágios da despesa pública, é correto afirmar:

- (A) É possível a realização de uma despesa pública sem prévio empenho, uma vez que a legislação prevê despesas para as quais pode ser dispensada a nota de empenho.
- (B) A liquidação da despesa ocorre com o despacho da autoridade competente, determinando o seu pagamento através de ordem bancária.
- (C) A fixação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- (D) As despesas relativas ao pagamento de contas de água, de luz e de telefone de um ente público constituem exemplos de empenho feito por estimativa.
- (E) O empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento e somente é válido quando não haja condição de pendência para a execução do serviço ou entrega do bem adquirido.

52. Os créditos

- (A) contingentes podem ser concedidos independentemente da existência de recursos disponíveis, mas dependem de aprovação prévia pelo Poder Legislativo.
- (B) suplementares destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica e independem de aprovação prévia pelo Poder Legislativo.
- (C) extraordinários devem ser financiados obrigatoriamente pelo superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercício anterior e somente podem ser abertos com autorização expressa do Poder Legislativo.
- (D) especiais criam um novo programa ou evento de despesa não previsto no orçamento e dependem de autorização prévia pelo Poder Legislativo.
- (E) complementares são voltados exclusivamente para o atendimento de despesas urgentes e imprevistas e independem de aprovação prévia pelo Poder Legislativo, bastando a edição de um decreto do Poder Executivo.

53. É um exemplo de uma variação patrimonial ativa

- (A) a receita de operações de crédito.
- (B) a baixa de bens imóveis em virtude de sua alienação.
- (C) a amortização da dívida interna.
- (D) o cancelamento de dívida ativa.
- (E) o repasse concedido.

54. Em relação ao registro contábil das operações do setor público, a NBC T 16 estabelece que

- (A) os registros contábeis devem ser realizados e os seus efeitos evidenciados nas demonstrações contábeis no momento da execução orçamentária.
- (B) o reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis deve ser realizado à conta do patrimônio líquido e evidenciado em notas explicativas.
- (C) a transação em moeda estrangeira, além do registro na moeda de origem, deve ser convertida em moeda nacional, aplicando-se a taxa de câmbio oficial e vigente no primeiro dia útil do mês em que ocorrer a transação.
- (D) a compreensibilidade é uma característica do registro e da informação contábil que estabelece que estes devem reunir requisitos de verdade e de validade que possibilitem segurança e credibilidade aos usuários no processo de tomada de decisão.
- (E) o plano de contas da entidade do setor público não deve conter contas específicas que possibilitem a apuração de custos.

55. Segundo os dispositivos da NBC T 16-9,

- (A) a depreciação de bens imóveis deve ser calculada com base no valor dos terrenos onde estão localizados, somado ao custo de construção das edificações.
- (B) a amortização corresponde à redução do valor decorrente da exploração dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis.
- (C) o valor residual e a vida útil econômica de um ativo devem ser revisados, pelo menos, no final de cada exercício.
- (D) a depreciação e a amortização cessam quando o ativo torna-se obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.
- (E) estão sujeitos ao regime de depreciação os bens móveis de natureza cultural, tais como obras de arte, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico e bens integrados em coleções.

56. A demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias do ente público, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, denomina-se

- (A) Balanço Patrimonial.
- (B) Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (C) Demonstração do Resultado Econômico.
- (D) Balanço Orçamentário.
- (E) Balanço Financeiro.



57. O Balanço Patrimonial do Município X, relativo ao exercício financeiro findo em 31-12-2010, foi elaborado obedecendo às novas normas de contabilidade estabelecidas pela NBC T 16. Os valores registrados no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante deste balanço foram, respectivamente, R\$ 185.000,00 e R\$ 295.000,00. O valor total do Ativo nessa mesma demonstração equivaleu a 150% da soma dos dois tipos de passivo. Sabendo-se que o Patrimônio Líquido do Município em 31-12-2009 foi equivalente a 90% do Patrimônio Líquido da mesma entidade em 31-12-2010, o resultado patrimonial no exercício encerrado em 31-12-2010 foi

- (A) superavitário em R\$ 24.000,00.
- (B) nulo.
- (C) deficitário em R\$ 16.000,00.
- (D) deficitário em R\$ 24.000,00.
- (E) superavitário em R\$ 16.000,00.

58. Em relação ao SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, é correto afirmar que

- (A) é um sistema utilizado pela União para fins de estruturar, organizar e elaborar a proposta orçamentária.
- (B) os eventos nele contabilizados têm correspondência com os documentos de entrada, sem exceções.
- (C) um dos documentos básicos do sistema é a Nota de Empenho.
- (D) esse sistema não permite o controle da execução orçamentária da União.
- (E) os códigos dos eventos na respectiva tabela são compostos por 12 dígitos.

59. Despesas de exercícios anteriores são despesas

- (A) que podem ser pagas sem autorização do ordenador da despesa.
- (B) inscritas em restos a pagar no exercício anterior e não canceladas.
- (C) contabilizadas pelo regime de caixa, mas pagas pelo regime de competência.
- (D) para as quais ainda não subsiste o direito do credor do ente público.
- (E) orçamentárias.

60. Resultado econômico, de acordo com norma integrante da NBC T – 16, é a diferença entre

- (A) a receita arrecadada e a prevista do exercício financeiro.
- (B) o saldo de caixa que se transfere para o exercício seguinte e o saldo de caixa do exercício anterior.
- (C) as variações quantitativas ativas e as variações quantitativas passivas.
- (D) a receita econômica dos bens e serviços produzidos e seu respectivo custo.
- (E) a receita arrecadada e a despesa empenhada no exercício financeiro.